

# Mulheres e luta por moradia em Lisboa e Florianópolis\*

Francisco Canella\*\*

Francisco José Cuberos Gallardo\*\*\*

## Introdução

**O debate sobre as cidades contemporâneas** envolve um conjunto complexo de questões, abordadas por diferentes campos disciplinares. Entre essas questões podemos citar as desigualdades socioeconômicas, a violência urbana, as economias informais, as migrações, os movimentos sociais e, mais recentemente, a questão de gênero. Este artigo pretende focar a questão de gênero, analisando a participação feminina em espaços coletivos de bairros de periferia urbana de duas cidades: o bairro Monte Cristo, em Florianópolis, no Brasil, e o bairro Cova da Moura, em Amadora, na área metropolitana de Lisboa, Portugal. A escolha se justifica pelo fato de que os bairros em questão apresentam, em comum, histórias de luta pela moradia, e populações de origem majoritariamente migrante. Com a história oral, a compreensão dessas histórias, de experiências em países de diferentes configurações sociais, contempla a percepção dos sujeitos sobre suas próprias ações nos eventos em que estiveram inseridos.

---

\* Este trabalho foi produzido no marco do projeto *Multilevel governance of cultural diversity in a comparative perspective: EU-Latin America (GOVDIV)*, financiado pela Comunidade Europeia dentro das Ações Marie Skłodowska-Curie "International Research Staff Exchange Scheme".

\*\* Professor de Sociologia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Florianópolis, vinculado ao Departamento de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e da Educação. E-mail: francisco.canella@hotmail.com.

\*\*\* Investigador de pós-doutoramento no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), em Lisboa, Portugal. E-mail: francisco.jose.cuberos@iscte.pt.

Tomamos as histórias de vida como relatos subjetivos, ou seja, buscamos compreender como as vidas das pessoas se apresentam para elas mesmas, num esforço de elucidação das maneiras que os sujeitos elaboram suas próprias experiências. Como observa Daphne Patai (2010, p. 20-21), é necessário reconhecer que a história oral é um ponto de intersecção entre duas subjetividades: a do entrevistador e a do entrevistado, num processo em que são entrecruzadas duas visões culturais. Em nosso caso, esse contato de subjetividades se estendeu para além das situações de entrevista, uma vez que as pesquisas, tanto em Portugal como no Brasil, resultaram de experiências de campo etnográficas.

Por meio de entrevistas e de observações de campo, várias histórias de vida foram analisadas no decorrer de nossos estudos. Os depoimentos evidenciaram que, tanto na escolha por migrar como nas consequências da migração, as relações de gênero estiveram muito presentes, e de forma bastante dura e dramática.

Um ponto de intersecção nas trajetórias observadas é a dificuldade de obter moradia. Na maioria das trajetórias, são observáveis condições de vida precárias, marcadas pela desigualdade de gênero, flagrante em casos como os de violência conjugal, perda da casa, deserção e abandono dos filhos. A desigualdade de gênero foi decisiva para que as protagonistas dessas histórias de vida se vissem na condição de sem-teto, embora cada história particular assumisse diferentes configurações. Ou seja, essas atribulações não se apresentam, evidentemente, de forma igual ou simétrica nas diferentes histórias. Logo, a perspectiva aqui assumida problematiza a pretensão de que uma história de vida seja representativa de todas as mulheres.

Assim, foram aqui selecionadas histórias de mulheres que, embora tenham em comum um passado migratório e a inserção na luta por moradia, apresentam perfis sociais muito diferentes: no Brasil, Janete e, em Portugal, Adele.

Há muitas singularidades na história de Janete, mas ela traz os componentes citados anteriormente, os quais evidenciam a articulação entre classe social (aqui analisada na precariedade da condição de vida dessas mulheres, que as obrigou a migrar) e gênero. Essa trajetória revela uma mulher transformada em líder, e apresenta elementos comuns a outras mulheres do bairro. No caso da Adele, também encontramos um exemplo claro de liderança forte, cuja base reside, neste caso, num estofo político e acadêmico claramente superior ao de seus vizinhos, resultando numa atuação que teve

consequências decisivas no processo de luta pela moradia e pelos serviços públicos para o bairro. O que seria tomado como uma limitação metodológica no trabalho com biografias, pode ser contraposto com as observações da historiadora Sabina Loriga (1998), de que não é necessário que a trajetória de uma dada pessoa represente “um caso típico”, pois os elementos singulares, aqueles aspectos de sua vida “que se afastam da média” podem perceber melhor “o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social” (Loriga, 1998, p. 248-249).

Além do mais, o recurso à história oral permite aos estudos de movimentos sociais, gênero e migração, explicitar “não apenas o padrão dos eventos ocorridos, mas também a maneira como as pessoas se sentiam com respeito à migração”, como afirma Allistair Thompson (2002, p. 348), em artigo que busca ressaltar a importância da história oral para os estudos de migração. Recupera-se com isso a complexidade dos processos pessoais, evitando-se explicações monocausais e lineares. A investigação de duas trajetórias de vida contempla, desse modo, as especificidades de diferentes destinos pessoais, mas que se comunicam através dos movimentos de luta por moradia, gênero e migração.

## Movimentos sociais e gênero

A forte presença de mulheres nas lutas por moradia, tão evidente nos movimentos populares que marcaram a redemocratização brasileira, proporcionou a aproximação das questões de gênero e dos movimentos sociais urbanos, complexificando o debate acerca do ator social.

Eder Sader (1988), analisando a emergência de movimentos sociais urbanos na Grande São Paulo no período final da ditadura militar, observa que a diversidade da experiência dos trabalhadores urbanos brasileiros deveria ser levada em consideração quando se pensa que “no lugar de moradia se expressa o resultado da luta pelo sucesso na cidade” (Sader, 1988, p. 70). O esforço de compreensão dessa diversidade foi empreendido por um conjunto de analistas que buscava associar, teórica e empiricamente, classe social e gênero, tendo por cenário as lutas que se desenvolviam nas periferias urbanas nos anos 1970 e 1980. Várias autoras analisaram intensamente as lutas populares no Brasil, cujas novidades podiam ser apontadas, por um lado, no conjunto de questões trazidas pelos movimentos, e, por outro lado (e principalmente),

nas personagens que entravam em cena – entre elas, mulheres de classes populares, a maioria sem experiência política anterior, que, ao se mobilizarem, politizavam questões envolvendo a casa, o bairro, o trabalho doméstico, o custo de vida. Podemos citar, entre outras, autoras como Elisabeth Souza-Lobo (1991), Céli Pinto (1992), Maria da Glória Gohn (1985, 2007), Fúlvia Rosemberg (1989), Elisabete Bilac (1995).

Sobre essa relação entre gênero e movimentos sociais urbanos, a bibliografia tem destacado que o significado de proteção social contido na casa pode explicar a forte presença das mulheres na luta por moradia. Bilac, em texto clássico, observava que “quem casa quer ter casa” (1995). A casa constitui um importante lugar simbólico para as mulheres, pois é no espaço doméstico, das relações familiares, que as mulheres transitam e reforçam seus laços. Quando os homens partem, elas ficam com a casa e os filhos, daí a importância de garantir esse espaço e, portanto, de lutar por ele. A participação das mulheres em movimentos de luta por moradia pode ser entendida, assim, como um dos esforços pela melhoria de vida, no qual a casa passa ter grande importância num contexto de adversidades, como observou Márcia Macedo (2002, p. 66). Uma vez que um dos elementos constitutivos dos movimentos sociais é a ação coletiva (as formas e os mecanismos como os atores se mobilizam),<sup>1</sup> há aqui uma especificidade interessante a se considerar na participação das mulheres. Nos movimentos de ocupação de terrenos e prédios, ou nas ações para evitar ações de despejo, as mulheres têm um papel estratégico fundamental. Nas situações que envolvem confronto com forças policiais, as mulheres, junto com as crianças, compõem uma linha de frente, impedindo as suas ações violentas (Macedo, 2002, p. 66). O papel que desempenham, fundamental para o sucesso do movimento, coloca em questionamento a hierarquia entre os gêneros, pois nessas situações a resistência pela força física (atributo da virilidade masculina) pouco conta.

A coragem e a determinação das mulheres, a sua presença com os filhos, acabam por revestir os movimentos de uma humanidade que desarma ou ao menos suspende julgamentos morais que estigmatizam os sem-teto (tais como os de “bandidos”, “desocupados”, “criminosos”), dando visibilidade à dimensão social do problema da habitação.

---

1 Na tipologia de Ilse Scherer-Warren (1987), os elementos que devem ser considerados na análise de movimentos sociais são, além da natureza da ação (ou a *práxis*), a presença de objetivos comuns (o projeto), a orientação por princípios valorativos comuns e uma organização diretiva.

Essa importância estratégica da participação feminina permite, assim, desenvolver a análise a partir da ótica do empoderamento. Teresa Kleba Lisboa (2002) analisou os sem-teto dos anos 1990, enfocando as mulheres migrantes que passaram a liderar movimentos de luta por moradia na periferia urbana da Grande Florianópolis. Essas mulheres, ao migrarem, aprofundaram o processo de exclusões que já ocorriam em suas vidas. Em suas experiências urbanas, passaram a incorporar, então, desde a vivência de novas desigualdades, até perdas cognitivas (Lisboa, 2002, p. 39). Com a participação em movimentos, as mulheres foram atribuindo um novo sentido à casa: em seus processos de engajamento, além de resolver uma necessidade material relacionada à moradia e à subsistência, a luta assumia outros contornos. De acordo com a autora, a casa passou a ser incorporada à “ordem dos desejos e a significar a realização dos sonhos” (Lisboa, 2002, p. 42). O engajamento significou, assim, uma contraposição de aspirações a um passado de exclusões. Os percalços na trajetória dessas mulheres migrantes evidenciam uma marca específica de discriminação de gênero.

## Cidade e gênero

Se a questão da moradia conecta o campo de estudos dos movimentos sociais a gênero, também é verdade que o debate em torno das cidades vai encontrar na casa um forte elemento para se ligar aos estudos de gênero. A casa, segundo Saskia Sassen (2003, p. 86), tornou-se categoria analítica chave para a compreensão de processos econômicos globais, como os que envolvem as experiências transnacionais nas quais podem ser incluídos migrantes, que constituem os principais moradores das periferias das cidades de muitos países europeus.

Ao concentrar seus esforços na tentativa de compreensão das dinâmicas estratégicas e das transformações que marcam a fase atual do capitalismo, a autora percebe que, na globalização em que estão condicionadas as metrópoles contemporâneas, essas novas dinâmicas estratégicas envolvem dimensões específicas de gênero (Sassen, 2003, p. 88). Entre esses lugares estratégicos encontram-se as cidades globais, nas quais se forma um grande número de mulheres e imigrantes em setores de serviços. As mulheres e imigrantes seriam os equivalentes sistêmicos do proletariado periférico (p. 89). Num contexto histórico de dismantelamento da capacidade de negociação dos trabalhadores, eles aparecem como uma oferta capaz de impor uma baixa de salários.

No capitalismo de países periféricos, como o Brasil, nunca houve a estabilidade encontrada pelo trabalhador sob o fordismo: informalidade e precariedade sempre reinaram ao sul do Equador. Vera Telles tem mostrado como cada vez mais um número maior de indivíduos e famílias transitam nessas tênues fronteiras do legal e do ilegal, analisando esse processo não como incompletudes da modernidade brasileira, mas como deslocamentos que acompanham as atuais reconfigurações do capitalismo contemporâneo (Telles, 2009). Nesse sentido, as cidades globais analisadas por Sassen aproximam as realidades (o que nos interessa em particular aqui, pois comparamos cidades do Norte e do Sul), uma vez que a desregulação econômica conduz à informalização, a qual, segundo Sassen, *“introduce de nuevo la comunidad y el hogar como espacios económicos importantes en las ciudades globales”* (Sassen, 2003, p. 91). Esse reposicionamento da comunidade e do lar acaba por se refletir nas relações de gênero, pois, como apontado anteriormente e também ressaltado por Hondagneu-Sotelo (1994) em sua análise das mulheres imigrantes, as mulheres são mais ativas na construção do ativismo comunitário.

O espaço da moradia se torna, além de espaço de atividades econômicas, espaço de existência pública das mulheres. Ao encontrarem no bairro o espaço da sua atuação, as mulheres ocupam uma esfera intermediária entre a privada e a pública, denominada por Albert Hunter como esfera paroquial.<sup>2</sup> Pensar o ativismo comunitário com essa mediação entre o lar e o público é pertinente, pois a análise aqui proposta rompe ou ultrapassa os limites de categorias impostas pelo universo do pesquisador, tais como público e privado, circunscrevendo em dicotomias as condutas dos atores sociais. Antonádia Borges, analisando o significado da casa para mulheres em duas distintas realidades (Brasil e África do Sul), em que as mulheres lutavam pelo “direito de manter suas casas diante de constantes ameaças de expulsão”, conclui que as questões de gênero envolvidas em torno da casa “não se restringem a optar por uma entre duas alternativas bem estabelecidas – como o público ou o privado” (Borges, 2013, p. 220). Em sua investigação, ela observou que às casas

---

2 Voltada para um contexto em que a vida pública e as instituições políticas enfraqueceram-se, reduzidas a uma relação de troca de impostos por serviços públicos, sua análise considera a importância da existência de uma ordem intermediária entre a ordem privada e a ordem pública, observando que é nessa ordem intermediária, a paroquial, que residiria a dificuldade de controle social por parte do Estado (Hunter, 1985, p. 238-239). A apropriação dessas categorias é feita por Alba Zaluar e Ana Paula Alves Ribeiro (2009) na análise da criminalidade nos subúrbios do Rio de Janeiro.

são dadas formas de vida não doméstica. Elas não se enquadram na dicotomia público-privado, pois são espaços de circulação de muitas pessoas: “são para receber”, fazendo parte de um cotidiano político, “levado a cabo sob o teto de suas casas”: “a hospitalidade forjada [em suas casas] se revela fruto de um esforço político em favor de uma convivialidade que não obedece os limites e separações modernistas do tempo e do espaço” (Borges, 2013, p. 218).

Interessa aqui ver como, a partir do quadro acima desenhado, são elaboradas pelas mulheres participantes do movimento suas experiências protagonistas nas lutas envolvendo moradia, no contexto dos bairros das periferias urbanas do Brasil e de Portugal. Neste artigo, a reunião de depoimentos de mulheres com perfis bastante diferenciados em suas respectivas trajetórias políticas e escolares acaba por reforçar o argumento da sólida relação entre gênero e moradia, confirmada não só pelas correspondências verificadas entre diferentes realidades (Portugal e Brasil), mas também por experiências contemporâneas de luta por moradia, ocorridas em novos contextos sociais e históricos, sustentarem traços análogos aos de experiências passadas. O recente movimento de luta por moradia que emerge na área metropolitana de Lisboa conta com forte presença das mulheres entre suas lideranças. Roberta Neuhold (2009, p. 78-79) confirma em sua dissertação sobre os movimentos de sem-tetos na capital paulista a predominância feminina, afirmando que as mulheres sempre foram maioria nos movimentos sem-teto e de moradia.

Estudos nas ocupações recentes, ocorridas na última década no Brasil, têm enfatizado essa especificidade da condição feminina entre sem-tetos. É caso da pesquisa de Macedo Filho e Regino (2010), que mostra numa ocupação em Salvador a condição de pobreza e as desigualdades sociais e econômicas como propulsoras do processo de exclusão das mulheres, evidenciando uma continuidade do processo de discriminação destas, sobretudo quando se trata do acesso à propriedade e controle de bens na esfera pública.

Os movimentos dos sem-teto que surgem em muitas capitais brasileiras trazem essa marca de gênero, instituindo um campo de questionamentos nos movimentos sociais. A análise de Marianne Moreira sobre ocupações recentes de sem-tetos no Rio de Janeiro destaca como, nessas situações conflitivas, o lar se converte em espaço de construção subjetiva, constituindo-se como lugar e território de construção identitária (Moreira, 2013, p. 119). Estudos como esses evidenciam a multiplicidade de formas de se vivenciar o lar, convergindo com que pretendemos demonstrar a respeito da atuação de mulheres e o seu papel nos processos identitários em seus bairros.

## Lisboa: a presença de Adele na Cova da Moura

A periferia da cidade de Lisboa experimentou um forte crescimento ao longo dos anos 1970, associado à instalação na área de uma indústria emergente e à consequente chegada de um grande número de imigrantes. Estes novos vizinhos vieram, numa primeira etapa, do interior de Portugal, destacando as contribuições de população do Alentejo e das regiões do norte do país (Pires et al., 1987; Rocha-Trindade, 1995). No entanto, a aceleração da descolonização portuguesa da África causou um afluxo maciço de pessoas das ex-colônias, incluindo retornados portugueses, mas também cabo-verdianos, angolanos, guineenses e moçambicanos (Fonseca, 2009).

Naquela altura, as terras que agora abrigam a Cova da Moura eram um espaço vazio, disposto ao longo de uma colina e enquadrado no Concelho de Odivelas, até 1979, e em seguida Amadora. Nessa área instalou-se de forma precária um número considerável de imigrantes, dos quais aproximadamente 60% eram de origem africana, destacando-se especialmente o peso da população cabo-verdiana. Além do estado de subutilização desta terra, outra característica é que a sua localização favorecia a instalação rápida dessas pessoas. Na verdade, o Alto da Cova da Moura ficava perto de instalações industriais que necessitavam de mão de obra barata, geralmente do sexo masculino. Ademais, a área fica ao pé da linha ferroviária que liga Lisboa e Sintra, portanto oferecendo acesso rápido ao centro da capital portuguesa. Esse fato é de suma importância para compreender o papel que as mulheres assumiram no desenvolvimento deste bairro desde a sua criação. As mulheres cabo-verdianas forneceram consistentemente a renda familiar através do emprego no trabalho doméstico e, especialmente, da venda de peixes nas ruas. Para que fizessem isso, a ligação ferroviária do novo bairro oferecia uma vantagem considerável, permitindo-lhes chegar até a cidade de forma rápida, e proporcionando fácil acesso a mercados atacadistas e potenciais compradores e contratantes.

As mulheres cabo-verdianas também tiveram um papel muito ativo na construção física do próprio bairro. Primeiro, elas participaram ativamente com o seu trabalho no levantamento das barracas. Nesse ponto, os testemunhos recolhidos normalmente reservam a elas um papel subordinado, proporcionando força de trabalho adicional para os chefes de família, que são homens e que atuam como mestres de obras. No entanto, a pressão dessas mulheres imigrantes logo se tornaria evidente, ao conseguir que o processo de urbanização da área respondesse às suas necessidades e interesses. Não é



por acaso que, em paralelo à instalação das barracas e à delimitação dos lotes, os primeiros sinais de auto-organização entre vizinhos apontam frequentemente para esses objetivos intimamente ligados à população feminina do bairro. Assim, no início dos anos 1980, aconteceram os primeiros encontros informais que, com o tempo, acabaram por resultar na atual Associação Moinho da Juventude, uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que hoje articula as estratégias da maioria dos imigrantes do bairro (Cuberos, 2015). E essas primeiras reuniões visavam precisamente a prestar aconselhamento às mulheres no ambiente de trabalho:

A primeira reunião foi no dia primeiro de novembro do 1984, mas... fizemos assim várias atividades, a várias níveis, a três níveis que a gente sempre disse: ao nível social, ao nível cultural e ao nível econômico. Ao nível social era a raiz da água e esgoto. Depois começamos também com uma pequena biblioteca, já naquela altura. E ao nível econômico foi mais com as empregadas domésticas. Que não sabiam os seus direitos e deveres, então começamos a fazer trabalho com o sindicato do serviço doméstico. (Adele, 2013).

Neste ponto, é importante considerar o impacto que teria sobre o curso dos acontecimentos a presença de uma mulher com características claramente diferentes em relação a seus vizinhos. Adele não é africana. Veio da Bélgica e chegou a Portugal no final dos anos 1970, a fim de aprender a língua antes de migrar para o seu destino final, o Brasil.

Sou de origem da Bélgica. Estudei psicologia na Bélgica, em Lovaina, a Universidade de Lovaina. E pois trabalhei na Bélgica, trabalhei na Holanda, e depois vim para cá. Vim no 1978. [...] Porque achei que já tinha visto as coisas na Bélgica e na Holanda, que já sabia mais ou menos o que era, ao nível de trabalho, e eu queria ver o mundo. Eu queria ir ao Brasil, mas pensei que primeiro Portugal, a aprender português e ainda estou a continuar a aprendizagem de português. (Adele, 2013).

Como visto, Adele não veio a Lisboa com o objetivo de viver de forma estável em Portugal, diferente maioria de seus vizinhos africanos. Além disso, Adele tem o ensino superior, e sua motivação para migrar não foi primariamente econômica, mas uma preocupação pessoal de “ver o mundo”. Por outro lado, e para além do capital acadêmico que diferencia Adele do resto de seus vizinhos,

esta mulher tem uma forte trajetória militante, que também se conecta com uma tradição familiar ligada ao associativismo entre pequenos agricultores.

Na Bélgica eu já tinha tido uma grande experiência associativa. Fazia parte de sete ou oito associações, e várias coisas começaram na casa dos meus pais. Que tinham feito a Caixa Agrícola, para os agricultores, que era mais uma associação, e que depois mais tarde que... agora é um banco enorme, assim, ao nível nacional. E ao nível de associações para agricultores, era na minha casa, na casa dos meus pais. E depois também eu, como estudante, fazia parte de uma associação. (Adele, 2013)

Apaixonando-se em Portugal pelo homem que posteriormente seria seu esposo, Adele decidiu, com ele, se instalar na Cova da Moura indefinidamente, e de pronto se envolveram na luta pelos serviços básicos para o bairro e para a dignificação das condições de vida dos vizinhos. A experiência singular de Adele, bem como seu acesso a redes e recursos de que outras vizinhas não dispunham, facilitou a consolidação rápida de um intenso trabalho associativo, solidamente construído em torno da liderança desta mulher. Em qualquer caso, as iniciativas desenvolvidas por essa associação responderam diretamente às necessidades compartilhadas por todas as vizinhas num contexto comum de precariedade, e essas iniciativas também se conectaram a formas de sociabilidade e associativismo trazidas dos países de origem das mulheres africanas, nomeadamente de Cabo Verde.

Essas mulheres vão desenvolver, em suas reuniões, propostas de intervenção no bairro claramente destinadas a facilitar a sua participação no mercado de trabalho e, em geral, uma melhor integração no seu contexto urbano. Isso pode ser visto no fato de que uma das primeiras iniciativas desenvolvidas em nível local é a criação duma biblioteca, como lemos. Mais do que como um espaço para a leitura ou estudo, essa biblioteca foi desejada como o lugar onde as mulheres pudessem deixar seus filhos enquanto elas trabalhavam. A organização de formas coletivas de acolhimento de crianças é realmente uma prática muito comum entre as mulheres cabo-verdianas, especialmente entre aquelas que vivem em áreas urbanas, e que ficaram registradas em estudos focados principalmente na cidade da Praia. No novo contexto migratório, tais práticas foram resgatadas e atualizadas, neste caso com a construção da biblioteca, para possibilitar às mulheres do bairro um equilíbrio razoável entre o acesso ao mercado de trabalho formal e o cuidado dos filhos.

As mulheres também desempenharam um papel muito ativo nas mobilizações para a obtenção de serviços básicos para o bairro. Desde o final dos 1970 e durante os anos 1980, organizaram constantes manifestações, concentrações e assinaturas coletadas para conseguir instalações de água, eletricidade e esgotos. Todas essas mobilizações se sustentam principalmente nas redes de vizinhança marcadamente feminizadas. Redes onde as mulheres, assumindo a responsabilidade primária sobre a necessidade de dignificar os espaços públicos e privados que compõem o bairro, se fazem protagonistas e tomam a iniciativa.

No entanto, e apesar da consecução desses serviços urbanos básicos, ao longo dos anos consolidaram-se problemas graves na Cova da Moura. Além das instalações inadequadas, da chegada tardia de asfalto e da intermitência em serviços básicos como a coleta de lixo, ao longo dos anos 1990 a queda da demanda por trabalho na indústria e a ausência de oportunidades alternativas de emprego ensejaram a precarização da vida dos residentes e, relacionado a isso, o surgimento de problemas relacionados com o consumo e o tráfico de drogas no varejo. Também se disseminou entre os vizinhos certa sensação de insegurança, ligada à presença dessas atividades ilegais, e também à estigmatização cada vez maior do bairro no discurso da mídia. Diante desses problemas, as mulheres do bairro também desempenharam um papel crucial na elaboração de respostas.

Primeiro, o processo de auto-organização local resultou na consolidação da Associação Moinho da Juventude, que, além de oferecer às vizinhas serviços importantes (como aconselhamento legal e profissional, puericultura, oficinas de formação ou jantares sociais), vai fornecer, com esses mesmos serviços, trabalho para as próprias vizinhas. A assinatura de acordos de cooperação com a Segurança Social, atividade recorrente nas IPSS portuguesas, permitiu à associação contratar mais de oitenta pessoas, incluindo técnicos, formadores, cuidadores de creches, cozinheiros e limpadoras. Em todos esses setores, o recrutamento esteve voltado principalmente para as mulheres, permitindo que muitas vizinhas obtivessem uma renda regular, trabalhando no seu próprio bairro. O cuidado adequado dos filhos, agora na forma de uma creche subsidiada, não só permitiu que algumas vizinhas cuidassem dos filhos de outras, que podiam assim trabalhar fora do bairro: além disso, essa tarefa tornou-se, ela própria, um trabalho remunerado.

Nós apostamos muito foi na criação de emprego. Emprego, não é trabalho de voluntariado o que a gente quer aqui. Porque as pessoas precisam

trabalho, porque têm filhos, têm que ter capacidade para fazer também uma carreira, e apostamos muito na criação de postos de trabalho. [...] Neste momento temos 85 pessoas a trabalhar a tempo inteiro. Por isso é muita gente. [...] E é isto que é importante que nós conseguimos, é uma das coisas. E depois a resposta também aqui às necessidades da população. Que é que não havia creche, nem creche familiar, nem nada. (Adele, 2013).

Novamente, é importante considerar o peso da figura de Adele na consolidação dessas estratégias. A formalização da organização vicinal como uma IPSS, a assinatura de acordos com o Estado português e a gestão diária de uma entidade que cresce e vai ficando profissionalizada requer conhecimentos específicos que a maioria dos vizinhos não possuía. A presença de Adele e o aproveitamento da sua bagagem política e acadêmica pode nos ajudar a entender o sucesso desse processo na Cova da Moura, que de fato não ocorreu em outros bairros da periferia de Lisboa que têm uma história semelhante. Além disso, Adele manteve ligações com militantes do seu país de origem e doutros países europeus, o que permitiu a ela procurar formas de apoio no desenvolvimento de projetos de melhoria do bairro.

No 1989 que conseguimos o primeiro acordo com a Segurança Social para conseguir mais dinheiro. Para a construção da primeira sede, tivemos o apoio de voluntários da Bélgica, da Holanda, da Alemanha, para construir a sede. [...] É uma organização que são os Companheiros Construtores, que existe assim em vários países, e que vão a ajudar durante as férias: eles são os que pagam a sua viagem, e pois nós temos que dar de comer e dormida. E pois eles trabalham. [...] Fizemos também, em conjunto com a Trienal de Arquitetura, há três anos, houve um concurso sobre o bairro, para os arquitetos verem como é que é o bairro. (Adele, 2013).

Do outro lado, Adele e moradoras de origem africana continuaram a desenvolver um papel de liderança na vida comunitária no bairro, observável em todos os níveis. Elas continuaram a carregar o peso das mobilizações para a melhoria das instalações na vizinhança; elas desenvolveram campanhas de sensibilização para combater a insegurança, a venda de drogas e a presença de armas de fogo no bairro; e, em paralelo, elas foram muito ativas na recuperação de formas artísticas e do folclore de Cabo Verde. A esse respeito, o estabelecimento, no bairro, de um grupo Kola San Jon e vários grupos de

dança formados principalmente por mulheres não só refletia um interesse na conservação da identidade cabo-verdiana, como se tornou fonte de orgulho para as mulheres e, portanto, um trunfo estratégico para sublinhar o valor do bairro e legitimar as reivindicações de seus vizinhos.

## Florianópolis: a luta de Janete no Monte Cristo

O bairro Monte Cristo, em Florianópolis, também tem sua história marcada por uma forte tradição associativa dos seus habitantes. Ele aglutina cerca de 30 mil residentes, que se distribuem em nove comunidades (termo com que se autodesignam<sup>3</sup>), cada qual com sua associação de moradores. A maioria são migrantes oriundos das mesorregiões Oeste e Serrana do estado, que migraram para Florianópolis a partir da década de 1980. Nessa década, muitas dessas comunidades foram surgindo por meio de graduais ocupações irregulares de terrenos públicos ou particulares, como foi a Chico Mendes e da Nossa Senhora da Glória. Outras, como a Nova Esperança e a Novo Horizonte, apareceram por meio de ocupações organizadas pelo Movimento dos Sem-Teto, que passou a atuar fortemente na cidade ao final da década de 1980.

O Monte Cristo está localizado no limite com o município vizinho de São José. A proximidade com o centro de Florianópolis (são poucos quilômetros até a ponte que dá acesso à parte insular da cidade, onde localiza-se o seu centro comercial) tem contribuído para a alteração da fisionomia do lugar. Houve um gradativo processo de saída dos moradores mais pobres do bairro. Ruas de barro cederam lugar a calçamento público e, ao longo dos anos, foram sendo construídas casas populares, instalados serviços de saneamento, iluminação, construção de praças e quadras esportivas, entre outras melhorias urbanas (Lima, 2014 p. 43-44).

Essas melhorias estão relacionadas aos espaços associativos que sempre se mantiveram ocupados nas diferentes comunidades do Monte Cristo. Os espaços comunitários (havia pelo menos um em cada comunidade) convertiam-se em espaços de convivência dos moradores, neles acontecendo desde reuniões das associações de moradores e dos times de futebol amador, até velórios, celebrações religiosas e bailes.

---

3 O emprego do termo comunidade corresponde à identificação feita pelos moradores, logo, a uma categoria nativa, própria do universo dos moradores pesquisados no Brasil.

A existência desses espaços de sociabilidade pode ser relacionada a um passado de lutas, no qual a participação em eventos coletivos era parte de uma estratégia de aglutinação dos moradores. A vivência coletiva em espaços comunitários era um traço importante da vida de mulheres que vinham de outras comunidades para formar as novas ocupações de sem-teto.

A trajetória de Janete, uma das principais lideranças do movimento e com experiência anterior de participação comunitária, evidencia esse aspecto. Janete teve atuação decisiva em diferentes momentos do processo de lutas por moradia, especialmente nas situações de conflito aberto, de enfrentamento às autoridades, e na motivação do grupo. Ainda hoje, essa senhora, cuja idade a aproxima da casa dos setenta anos, é, entre os moradores, quem mais se empolga com a organização comunitária. Janete continua apostando na luta coletiva, e lamentando o pouco envolvimento das pessoas da comunidade.

Essas casas nós não ganhamos. Isso é conquista e vamos cuidar do que é nosso. Mas não basta só a casa, nós temos que garantir aqui pra nós educação para os nossos filhos, creche e saúde. Nós não podemos parar por aqui, não! [...] E eu senti muito que depois o pessoal parou. (Janete, 2009).

Os relatos com que Janete descreve sua vida revelam a intensidade de sua participação comunitária.

Ai, olha, as reuniões do CAPROM foram sensacional, eu me lembro muito... Nós aprendemos muito. Nós fomos bem preparados! Ó, nós fomos, tinha o pessoal que falava, o pessoal da reportagem. Nós tínhamos o pessoal da saúde, que se tivesse, dava dor de barriga, fulano já dava um chazinho pra fazer. Nós tínhamos o pessoal da água. Nós tínhamos o pessoal que ia resolver com os vizinhos, depois, a luz. Nós ocupamos com tudo organizado. A única coisa que a gente não programou, o próprio... Nós ocupamos na quinta, na sexta pra sábado, no sábado de manhã os bode velho já tava em cima da gente. A gente tava preparado até segunda-feira. E à noite, também, que a gente ocupou, que a polícia ia pro local, a gente não tava preparado pra polícia. Meu Deus do céu! O pessoal começou a cavar, os vizinhos chamaram, veio oito carro da polícia. (Janete, 2009).

O tempo de dificuldades é apresentado como tempo de união. “Era difícil mas éramos unidos” é uma fala muito comum das moradoras que viveram,

sob barracos de lona, a época da ocupação do terreno. Outra questão a ser destacada é a do aprendizado de vivências coletivas, valorizado por Janete, que, até o momento, coloca-se como liderança comunitária.

Ninguém chateou de sair lá da Coloninha. Morar sem água, sem luz, sem banheiro, sem nada, aqui era bem melhor. Mas muita gente disse: ‘Lá na Coloninha nós éramos mais unido’, e eu também gostava mais da Coloninha. Quando veio pra cá, muita gente começou a pensar muito em si. Aí teve muita divisão, todo mundo... lá em cima não parecia, assim, que você gostava do que era dos outros. Eu pra mim, eu achava que lá em cima todo mundo era igual, sabe? Mas depois que vim pra cá, não... muita divisão, é aquele que mais pode, que pode mais chora menos... é cada um por si e Deus por todos. Eu não sei se lá o pessoal era mais unido porque queria terra. O nosso projeto era ter a terra, né? (Janete, 2009).

Como muitos, Janete é migrante. Referindo-se à sua terra natal, no interior, diz não sentir maior identificação. Ao contar sua história, Janete relata que, por ser bem mais nova, era sempre culpada de tudo em casa. Tem certidão lá, mas não gosta de lá. Prefere o Mocotó, primeiro lugar onde morou quando saiu do município rural onde viveu até a sua adolescência. Mas precisou sair do Mocotó, passando a integrar o movimento dos sem-teto. “Lá, ninguém cuida da vida do outro”. Janete segue seu relato: conta do Ceasa (centro de abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros), local em que busca alimentos e restos de feira, dividindo-os com os vizinhos. Janete relata que costuma ir ao Ceasa com dona Berenice, vizinha muito pobre, mas bastante solidária. “Pega de caixa, divide com todo mundo e, ainda assim mesmo [o povo] comenta. Ficam espiando na janela quando você chega, ou quem chega na tua casa, e não servem nem pra te dar um recado”, queixa-se Janete.

A resistência representada por esses atos e, mais do que isso, a presença de lideranças com senso de coletividade podem ser remetidas à influência dos mediadores (religiosos ligados às Comunidades Eclesiais de Base, universitários, voluntários) que, ao participarem da organização do Movimentos dos Sem-Teto na cidade (por meio do CAPROM<sup>4</sup>), procuraram difundir junto

---

4 Centro de Apoio e Promoção do Migrante, fundado por religiosos da Igreja Católica em 1985, para atender os atingidos pelas enchentes no Vale do Itajaí que haviam migrado para a capital.

aos moradores dessas localidades um forte sentimento de pertencimento comunitário (Canella, 2011).

O senso de coletividade se apresenta também na própria casa de Janete: chama a atenção a intensa circulação de pessoas da comunidade e de outras localidades do bairro Monte Cristo. São visitas constantes, em que circulam afetos, assuntos pessoais e preocupações comuns com os problemas do bairro. A sua casa tem um ar de provisório, pois tanto no pátio como no interior, ocupando alguns dos cômodos, há sempre um amontoado de objetos (materiais de construção, móveis, roupas doadas) que fizeram ou farão parte de atividades comunitárias. O que parece desorganização evidencia que a sua casa, além de moradia, é uma referência pública do bairro. Localizada na rua que dá acesso ao interior da comunidade, a casa de Janete faz parte do itinerário de agentes comunitários, pesquisadores, militantes de movimentos e assessores de ONGs que se dirigem ao bairro. O mesmo que ocorre na Cova da Moura, com a casa de Adele, referência para aqueles que chegam ao bairro, e ponto de parada obrigatório do cortejo do Kola Son Jon.

Além de Janete, muitas mulheres do Monte Cristo desempenharam um papel bastante ativo desde os primórdios do bairro. Nas localidades surgidas de ocupações organizadas, como a Nova Esperança e a Novo Horizonte, as mulheres estiveram atuantes desde o momento em que precisaram erguer as barracas, bem como nos enfrentamentos à polícia e nos longos processos de negociação com as autoridades. Em seguida, nos trabalhos braçais durante os mutirões para a construção das casas, na organização de eventos comunitários (como festas, jantares, celebrações) e nas práticas político-associativas.

Esse histórico de mobilizações coletivas explica por que as comunidades do Monte Cristo foram alvo de muitas ações socioeducativas, tal como ocorre ainda hoje com a Cova da Moura. Isso permite falar num capital simbólico, que por vezes se converte em importante capital coletivo, como nas lutas pela implementação de um parque no bairro, e no reconhecimento do *status* das lideranças. O exame das trajetórias de vida permite compreender como, em alguma medida, esses atores “fazem a cidade”, no sentido de que sua ação é criadora de novas relações, e não apenas resultado de seus processos de segregação (Canella, 2011, p. 247).

Nesse “fazer a cidade”, é importante perceber que a participação das mulheres colhe resultados ao provocar uma mobilização na esfera pública, obtendo reconhecimento que incentiva o apoio às iniciativas comunitárias, o que não tem sido difícil em época de políticas compensatórias voltadas para



os excluídos da cidade. São significativas as novas formas assumidas pelos movimentos sociais após os anos 1990, posto que até então predominavam métodos tradicionais de mobilização, como aqueles ancorados nas associações de moradores e nas mobilizações coletivas que tinham como opositor agentes estatais. O protagonismo feminino se faz presente não só na participação em associações de moradores, mas também – e o que é importante nessa nova configuração das ações coletivas – em projetos vinculados à vida cotidiana. A reivindicação por creches, por exemplo, que foi o ponto mais indicado pelos moradores quando aplicados questionários sobre suas necessidades, encontrou nas mulheres o seu principal porta voz.

Na criação de espaços relacionados à economia solidária, voltados para a geração de renda, como uma cooperativa de artesanato (viabilizada a partir de uma parceria com a Universidade), a participação foi exclusivamente feminina. O mesmo ocorreu em vários outros projetos, muitos deles voltados para a juventude. Universidades e outras instituições que financiavam ou implementavam projetos na comunidade encontraram nas mulheres suas principais interlocutoras. Atentas à educação dos filhos, as mulheres inscrevem suas demandas nessa dimensão relacionada ao cuidado. São elas que prosseguem naquelas lutas já apontadas, no contexto dos anos 1980, por autoras como Fúlvia Rosenberg (1989) e Maria da Glória Gohn (1985), e que encontram sua melhor tradução na luta por creches.

O protagonismo feminino foi tão evidente, que, no caso da Nova Esperança, alguns observadores externos caracterizavam-na como uma “comunidade de mulheres”. Em contraposição, é comum se ouvir comentários, em tom de brincadeira, do tipo: “os homens daqui são tudo uns molengas” ou, “se não fossem as mulheres...” (Canella, 2011, p. 106).

É possível, portanto, falar em empoderamento das mulheres, com fez Teresa Lisboa ao analisar as mulheres que se tornaram lideranças de movimentos no bairro Monte Cristo. Em lutas mais recentes do bairro, ocorridas duas décadas depois, como a reivindicação por uma área de lazer, é possível afirmar a existência de um capital simbólico, que por vezes se converte em importante capital coletivo, no reconhecimento do *status* das lideranças pelas autoridades públicas: o fato das demandas no presente contarem com lideranças que foram emblemáticas no passado dos movimentos sociais da cidade abriu, efetivamente, muitas portas (Canella, 2011, p. 149).

Se considerarmos as distinções estabelecidas por Albert Hunter entre ordem privada, ordem paroquial e ordem pública, a atuação das mulheres do

Monte Cristo (que encontra em Janete sua melhor expressão) situa-se entre o público e o privado. Mas, hoje, a organização coletiva em periferias urbanas do Brasil ocorre justamente nesse meio-termo, que pode, ademais, constituir um espaço de resistência, uma vez que o controle social por parte do Estado tem maior dificuldade de ação nessa esfera intermediária (e indefinida). À luz dessa reflexão tornam-se mais compreensíveis as falas esperançosas e, ao mesmo tempo, indignadas de Janete: sua aposta tem sido na atuação local como forma de ressaltar o valor do bairro e legitimidade de suas demandas.

## Conclusões

Os casos aqui analisados, a partir de depoimentos de mulheres de origem migrante, moradoras de bairros precários de metrópoles de dois diferentes continentes, revelam processos em que ocorreu uma politização de questões antes restritas ao domínio do privado. A casa, mais do que uma questão de investimento privado, construção familiar ou herança, passa a ser identificada com resultado da luta. A construção da casa, como um resultado de união coletiva, os mutirões ou *djunta-mon*, permitem uma outra forma de percepção do lar, a qual estende-se para o bairro. Como nos mostra, em especial, o Moinho da Juventude, com o cuidado dos meninos ou a organização de eventos cotidianos de convivência, as associações formam outros exemplos de âmbitos para a negociação de identidades e papéis femininos e para a articulação de redes e estratégias protagonizadas por mulheres.

Acreditamos que esse processo, tal como apontado por Sassen (2003), evidencia, por um lado, dimensões específicas de gênero nas dinâmicas estratégicas da atual fase econômica mundial. Os espaços de atuação coletivas são feminizados. No bairro Monte Cristo, diversas ONGs contam com forte presença feminina, como ocorre na Revolução dos Baldinhos (projeto de reciclagem de resíduos), com sede na Chico Mendes, assim como em projetos de geração de renda, como a Cooperarte e outras cooperativas, na Nova Esperança. Em Lisboa, a Associação Moinho da Juventude é construída com todo um conjunto de projetos, nos quais as mulheres do Alto da Cova da Moura têm participação ativa, e que permitem outras formas de inserção social das mulheres, por meio do trabalho remunerado.

Por outro lado, essa politização não pode ser descolada do processo identitário, pois, em ambos os casos, verificou-se a transição de uma autoestima

negativa, de mulheres excluídas, para a formação de uma identidade positiva no espaço público. Os estudos em ambas realidades evidenciaram que esse trânsito ocorre por motivações relacionadas ao lugar ocupado pelas mulheres nas relações de gênero. E, nesse sentido, as percepções das mulheres sobre as suas próprias ações parecem confirmar a existência dessa dinâmica.

A percepção desses processos só nos foi possível por meio de uma investigação mais atenta, cuja metodologia permitiu a escuta dos depoimentos das mulheres sobre suas experiências nesses movimentos que envolvem a questão da moradia. Sob essa perspectiva, uma tarefa que se impõe para futuros trabalhos é dar voz às falas daquelas mulheres que, diferentemente das trajetórias aqui analisadas, não ocuparam os lugares centrais nas lutas por moradia: elucidar o que teriam a nos dizer, sobre os mesmos processos que discutimos, colocando em cena as narrativas das “pessoas comuns” – observando com Daphne Patai (2010, p. 19) que “comum não é o mesmo que insignificante”.

## Referências

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ, 1995. v. 1, p. 29-37.

BORGES, Antonádia. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 40, p. 197-227, jan./jun. 2013.

CANELLA, Francisco. *Entre o local e a cidade: memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana em Florianópolis (1990-2010)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

Cuberos, Francisco José. Cova da Moura: inmigración caboverdiana y asociacionismo en la periferia de Lisboa. *AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 10, n. 2, p. 177-202, 2015.

Fonseca, Maria Lucinda. Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais. In: LAGES, Mario Ferreira e MATOS, Artur Teodoro (Ed.). *Portugal: percursos de interculturalidade*. Lisboa: ACIDI, 2009.

GOHN, Maria da Glória. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 41-70, out. 2007.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrett. *Gendered transitions: Mexican experiences of immigration*. Berkeley: University of California Press, 1994.

HUNTER, Albert. Private, parochial and public social orders: the problem of crime and incivility in urban communities. In: SUTTLES, Gerald D.; ZALD, Mayer N. (Ed.). *The challenge of social control*. Norwood: Ablex Publishers, 1985.

LIMA, Donizeti. *Vida loka também ama: juventudes, mitos e estilos de vida*. Tese (Doutorado em Educação) – UFSC, Florianópolis, SC, 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. Mulheres migrantes no sul do Brasil e seu processo de empoderamento. *Revista Katalysis*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 12-26, 2002.

LORIGA, Sabine. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

MACEDO FILHO, Renato; REGINO, Fabiane Alves. Mulheres, mães e movimento sem teto: o discurso maternalista e a construção da cidadania. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9, 2010, Florianópolis. *Anais...*, 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277867340\\_ARQUIVO\\_ArtigoRenatoMacedoeFabianeRegino.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277867340_ARQUIVO_ArtigoRenatoMacedoeFabianeRegino.pdf)>. Acesso em 06/03/2017. 16:45.

MACEDO, Márcia dos Santos. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. In: GTGÊNERO; PLATAFORMA CONTRAPARTES NOVIB (Org.). *Perspectivas de gênero: debates para as ONGs*. Recife: GTGênero; Plataforma de Contrapartes Novib; SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2002. v. 1, p. 56-79.

MOREIRA, Marianna Fernandes. Mulheres sem-teto e a geografia da família: relações interdomésticas, gênero e reciprocidade. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 83-122, jul./dez. 2013.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – USP, São Paulo, SP, 2009.

PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PINTO, Céli Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

PIRES, R. Pena et al. *Os retornados: um estudo sociográfico*. Lisboa: I.E.D., 1987.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. In: Rosemberg, Fúlvia (Org.). *Temas em destaque: creche*. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 90-102.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SASSEN, Saskia. *Contra geografias de la globalización: género y ciudadanía en los circuitos transnacionales*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, ed. 84, v. 28, n. 2, p. 153-173, jul. 2009.

THOMPSON, Allistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n° 44, pp. 341-364. 2002.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, ed. 84, v. 28, n. 2, p. 174-197, jul. 2009.

## Fontes orais

ADELE [71 anos]. [out. 2013]. Entrevistador: Francisco José Cuberos Gallardo. Lisboa, Portugal, 25 out. 2013.

JANETE [58 anos]. [ago. 2009]. Entrevistador: Francisco Canella. Florianópolis, SC, 7 ago. 2009.

**Resumo:** O artigo analisa a participação de mulheres em localidades da periferia urbana de dois diferentes países: uma nos arredores de Lisboa (Portugal), a Cova da Moura; outra em Florianópolis (Brasil), o bairro Monte Cristo. Essas localidades foram formadas por imigrantes e, em razão de terem suas histórias relacionadas às lutas por moradia, as duas localidades apresentam como outro elemento comum o fato de terem desenvolvido ao longo de suas décadas de existência práticas associativas nas quais as mulheres tiveram importante participação. A partir de dados coletados por meio de depoimentos de mulheres que lideraram essas lutas, discutimos o protagonismo feminino, buscando elucidar as relações entre o gênero e a dinâmica de apropriação dos espaços nas respectivas localidades.

**Palavras-chave:** Periferias urbanas. Gênero. Migrações. História oral.

### **Women and the struggle for housing in Lisbon and Florianópolis**

**Abstract:** The article looks into women's participation in neighborhoods located in urban outskirts of two different countries: Cova da Moura, Lisbon, Portugal, and Monte Cristo, Florianópolis, Brazil. These neighborhoods were established by immigrants and, since their histories are related to struggles for housing, both have developed associative practices in which women had an important participation throughout their decades of existence. Based on data collected from testimonies of women who led those struggles, we discuss female protagonism, seeking to elucidate the relationships between gender and the dynamics of appropriation of spaces in the respective places.

**Keywords:** Urban outskirts. Gender. Migrations. Oral history.

Recebido em 31/07/2017

Aprovado em 22/11/2017